



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

## Interpelação ao Governo sobre Privatizações

Intervenção de Agostinho Lopes  
06 de Maio de 2010

### **PRIVATIZAÇÕES, UM CRIME CONTRA O PAÍS**

Sr. Presidente  
Sras. e Srs. Deputados

As privatizações são um dos mandamentos da Cartilha Neoliberal que tem presidido às teorizações e sobretudo às práticas políticas de sucessivos governos do PS, PSD e CDS/PP nos últimos 20 anos. A sua aplicação conduziu o País ao triste estado em que se encontra: desemprego, dívidas, défices, dependências e desigualdades.

Na justificação do esbulho do património público, abundam na propaganda das privatizações mentiras sistemáticas e mistificações persistentes. Os governos nunca abdicaram da tentativa, de as justificar, substituindo a teoria económica e política por propaganda. Uns contidos, como os governos PSD de Cavaco Silva, outros exuberantes, como os governos do PS/António Guterres, de que apresento algumas “pérolas”, publicitárias pagas pelo XIII Governo! Uma boa síntese de mentiras e mistificações.

Ao longo dos anos de política de direita, a mentira dos prejuízos do Sector Público foi repetidamente propalada. Mesmo, depois de um Livro Branco, mandado elaborar por um Ministro das Finanças, demonstrar uma evidência: as nacionalizações foram financeiramente vantajosas para o Estado Português!

Depois foi o capitalismo popular! O Livro Branco desfez a mentira: 99% dos accionistas detinham uma percentagem insignificante do capital social das empresas privatizadas.

Outra tese, hoje caída em desuso, pelo comportamento da GALP, EDP, BRISA, etc, foi a da “Privatização igual a fim de monopólios e mais concorrência”. De facto substituíram-se monopólios públicos dirigidos e regulados pelo Estado, pela vontade majestática de monopólios privados!

Como é extraordinária a propaganda das vantagens para trabalhadores e consumidores. Uns, foram despedidos aos milhares. Os outros passaram a ter ou continuaram a ter preços e tarifas e comissões, na energia, nas comunicações e transportes, nos serviços financeiros, etc, elevadíssimos comparados com os seus “concidadãos europeus” com poderes de compra, salários e pensões, várias vezes superiores!!! Os exemplos são em demasia!

Outro objectivo afirmado e propaganda feita, foi a da redução da dívida pública. Se inicialmente tal aconteceu, tendo as privatizações permitido a dita convergência nominal a caminho da moeda única, rapidamente, como os gráficos tão flagrantemente exibem, a dívida

pública transformou-se num buraco sem fim nem fundo, onde desapareceram milhões e milhões de euros sem nunca a saciarem!

Mas o objectivo central das privatizações foi a reconstituição dos grupos económicos monopolistas, liquidados pelo 25 de Abril e as nacionalizações. Os novos grupos privados que no dizer do ex-primeiro ministro Guterres, seriam “os elementos racionalizadores das transformações económicas do País, da modernização e de um novo modelo de especialização”.

Conhecemos a modernização feita na 1ª década do século XXI. Um modelo de mão-de-obra barata e precária. Baixo valor acrescentado. Dependência e subcontratação. Sabemos, também, como esses grupos se especializaram na produção de bens e serviços não transaccionáveis.

Dá nisto confundir «reestruturação económica» com centralização e concentração de capitais, pela liquidação de unidades e sectores, desmantelamento da coerência e racionalidade de fileiras produtivas e áreas de actividade» das empresas públicas!

Não. Os grupos económicos privados monopolistas, não foram nem serão «núcleos de racionalidade económica», mas núcleos de racionalização de interesses privados, segundo o seu muito antigo, conhecido e natural critério de racionalidade: a maximização da taxa de lucro.

As privatizações anunciadas no PEC, vão agravar todos os problemas decorrentes das anteriores privatizações. Um criminoso programa de privatizações atingindo sectores estratégicos e monopólios naturais, eliminando qualquer resquício da presença do Estado em empresas estratégicas e estruturantes da economia e do território.

As inevitáveis consequências, tendo em conta 20 anos de privatizações são fáceis de prever. No campo de forças económico, o avolumar e consolidar da potência económica/social e política de um número restrito de grupos (económico-financeiros), acentuará uma estrutura monopolista/oligopolista, em sectores de serviços e bens essenciais. Reforçará uma hierarquia de relações de domínio e desfavoráveis a grandes, médias e pequenas empresas privadas, ao próprio Estado. Em matérias de mercados, no acesso a fundos públicos e comunitárias, na definição das normas e regras económicas pelo poder político, nos preços e tarifas daqueles bens e serviços.

Não haverá, como a experiência suficientemente tem demonstrado, entidades reguladoras, que respondam a este problema.

No plano das contas públicas o Estado vai continuar a perder as receitas dos dividendos que deixa de receber (trata-se no fundamental de empresas bastante lucrativas), e também perde receitas fiscais (as mesmas empresas, privatizadas passaram a pagar menos!), agravando o défice orçamental. Só entre 2004 e 2009 o Estado recebeu de dividendos mais de 1 400 milhões de euros de dividendos. É uma parcela significativa desta fonte de receitas públicas que o Governo PS agora pretende vender aos grandes grupos económicos. Agrava-se a Balança de Pagamentos pela crescente saída de rendimentos por exportação de dividendos correspondentes à forte presença do capital estrangeiro no capital social das empresas privatizadas! Mais de 50% do capital accionista da PT, EDP, BCP, BES, BPI e BRISA está hoje na mão de capital estrangeiro. O Governo PS acha pouco! Em 2008 os rendimentos pagos ao exterior atingiram 20 mil milhões de euros.

Vinte anos depois, 36 mil milhões de euros de privatizações depois, o rácio Dívida Pública/PIB quase duplicou! E vai continuar a agravar-se, como o próprio Governo reconhece no PEC.

Vão continuar a ser fortemente atingidos os sectores produtivos, agricultura, pescas e indústria. Pelas condições (fundamentalmente preços) de acesso a factores de produção tão diversos como a energia, os transportes, as comunicações e pelo agravamento dos efeitos, já referidos, da monopolização e oligopolização dos mercados. Facilitando o domínio do capital estrangeiro, vão abrir caminho, no quadro da realocação à escala europeia de importantes sectores industriais, para a sua liquidação em Portugal. O que pode acontecer com a Empordef e os ENVC.

Vão agravar a dependência estrutural da economia portuguesa do capital transnacional e o lógico comando estratégico de importantes sectores por centros de decisão não nacionais. Só um forte Sector Empresarial Público pode garantir a soberania nacional em centros fulcrais de decisão económica, para resistir com êxito à concorrência feroz no mercado comunitário e mundial e a uma divisão internacional do trabalho desfavorável a Portugal. Só assim será possível manter o controlo nacional sobre o essencial da estratégia de desenvolvimento do País. As privatizações anunciadas remarão em sentido contrário.

No plano do ordenamento do território e do uso dos recursos naturais, o carácter estruturante de muitas das empresas públicas a privatizar, pela sua natureza de organização em rede, pela sua índole estratégica, reforçará a incapacidade do Estado, representante do interesse geral, público, para intervir no ordenamento do território, inclusive na resposta às assimetrias regionais, e na defesa de um desenvolvimento sustentável e criterioso uso dos recursos naturais.

Finalmente, os processos e a política de privatizações conduziram a uma situação em que quem determina a política nacional, é cada vez menos o povo português, mas os que ilegitimamente se vão apropriando dos mecanismos fundamentais da economia portuguesa. A degradação do regime democrático de Abril é também indissociável do processo de domínio dos principais grupos económicos monopolistas sobre a sociedade e a vida dos portugueses. A corrupção é indissociável da promiscuidade dos grandes negócios com o poder político, da violação do princípio constitucional da subordinação do poder económico ao poder político. Se quisermos um exemplo recente, recordemos a forma arrogante como os gestores de algumas grandes empresas, ainda com forte presença pública, reagiram e agiram face ao envergonhado recado do Governo em matéria dos seus bónus e remunerações de jackpot!

A Constituição da República Portuguesa estabelece como princípios fundamentais da organização económico-social, e como «incumbências prioritárias do Estado para sua concretização, a subordinação do poder económico ao poder político democrático e a coexistência dos sectores público, privado, cooperativo e social no âmbito de uma economia mista.

Tal não é compatível com a política de privatizações.

A política alternativa exige a **ruptura com o domínio do capital monopolista.**

**Exige a afirmação da propriedade social e do papel do Estado** em sectores estratégicos, nomeadamente com a suspensão do processo de privatizações em curso. Exige **um sector público forte e dinâmico**, ao serviço da democracia e do desenvolvimento independente do País.

Disse,